



**ANÁLISE DO PERFIL RACIAL DOCENTE NOS CURSOS DE TURISMO EM
UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL**

**ANALYSIS OF THE RACIAL PROFILE OF PROFESSORS IN TOURISM COURSES
AT THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES**

**ANÁLISIS DEL PERFIL RACIAL DE LOS PROFESORES EN CURSOS DE
TURISMO EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR PÚBLICA BRASILEÑA**

Juliel Souza da Silva

Graduado em Tecnologia em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de São Paulo (2012). Graduando em Lazer e Turismo pela EACH-USP. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória - GEPHOM-EACH/USP.

juliel.silva@alumni.usp.br

Valéria Barbosa de Magalhães

Doutora em História Social; Docente da EACH/USP e do Programa de Pós-Graduação em Movimentos Sociais e Participação Social/USP. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória/USP (GEPHOM/USP)

gephom@gmail.com

 ORCID : <https://orcid.org/0000-0002-6817-4192>

Recebido em: 22/03/2022

Aceito para publicação: 10/07/2022

Resumo

Este artigo analisa o perfil racial dos docentes de cursos de Turismo em dez (10) universidades públicas brasileiras, distribuídas pelas cinco regiões administrativas do país. Buscou-se verificar a proporção de professores negros nos cursos, considerando-se o conceito de racismo estrutural no Brasil. O estudo foi conduzido por meio de levantamento bibliográfico e de análise qualitativa de dados obtidos por meio de pesquisa documental. Observou-se que a presença de negros na docência de 10 cursos de Turismo das universidades públicas brasileiras é de 3,6%, sendo que 90,3% dos professores são brancos. Apenas 12 docentes foram categorizados como “sem informação racial”. Diante disso, percebe-se a desigualdade e a falta de representatividade entre os docentes negros e brancos dos cursos de Turismo no Brasil.

Palavras-chave: Racismo estrutural; ensino de Turismo; desigualdade racial; docência no ensino superior.

Abstract



This article analyzes the racial profile of professors in 10 Tourism courses of Brazilian public universities. The study used the method of bibliographic survey and the qualitative analysis of the professors profiles. The results showed that only 3.6% of the professors of the Tourism courses are black, while 90.3% are white (12 remaining profiles could not be analyzed). The racial inequality and the lack of representativeness of black professors at the Tourism courses in the country are a direct consequence of its structural racism.

Keywords: Structural racism; Tourism courses; higher education teaching; racial inequality.

Resumen

Este artículo analiza el perfil racial de los profesores de cursos de Turismo en diez (10) universidades públicas brasileñas, distribuidas en las cinco regiones administrativas del país. Buscamos verificar la proporción de profesores negros en estos cursos, considerando el concepto de racismo estructural en Brasil. El estudio se realizó a través de una revisión de la literatura y de análisis cualitativos de los datos obtenidos a través de la investigación documental. Se observó que la presencia de negros en la enseñanza de 10 cursos de Turismo en universidades públicas brasileñas es del 3,6%, siendo el 90,3% de los profesores blancos (12 profesores fueron categorizados como “sin información racial”). Frente a eso, se percibe la desigualdad y la falta de representatividad entre profesores blancos y negros de las carreras de Turismo en Brasil.

Palabras claves: Racismo estructural; Enseñanza del turismo; desigualdad racial; docencia en la educación superior.

Introdução

O racismo está na base das atrocidades e violências cometidas contra indivíduos socialmente identificados pela raça (ou racializados). Ele opera a partir da construção da ideia da superioridade de uma raça sobre outra. O conceito de “raça” é, portanto, uma naturalização de algo socialmente produzido, que é construída historicamente (ALMEIDA, 2021).

Para Almeida (2021), o racismo pode se manifestar de maneira individual, institucional e estrutural. No último caso, quando é naturalizado e normalizado pela sociedade, de modo que a discriminação se reproduz na vida dos sujeitos, seja no campo político, econômico ou social. Ele é uma ideologia que está enraizada na sociedade e que exclui a participação de sujeitos negros na política, na construção do conhecimento das grandes universidades e nas estruturas sociais de modo geral (ALMEIDA, 2021; KILOMBA, 2019).

O presente artigo analisará a proporção de professores/as pardas/os e negras/os¹ que compõem os corpos docentes dos cursos de Turismo de dez instituições públicas de ensino superior no Brasil.

1 Considerando-se que a análise foi feita com base nas fotos de currículos, foram incluídos como negras/os e pardas/os pessoas identificadas pelo fenótipo, em um processo de heteroidentificação que talvez pudessem ser identificadas de forma diferente por outros institutos de pesquisa ou até mesmo pela auto identificação. Sabemos, porém, que em pesquisa futura precisaremos utilizar outros marcadores sociais para a identificação dos aspectos complexos que distinguem as identificações de pardas/os e negras/os no Brasil.

Dados sobre gênero e inserção em programas de pós-graduação também serão apresentados. Foram sorteadas duas universidades de cada região como recorte de pesquisa².

Além do levantamento da quantidade de professores/as pardas/os e negras/os nas universidades analisadas, foi verificada a produção desses docentes tendo por base os seus currículos lattes³. A metodologia adotada neste trabalho consistiu em pesquisa bibliográfica (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015) e documental com análise de conteúdo (BARDIN, 1984). Foram feitos levantamentos nos sítios de *internet* das universidades escolhidas, a fim de identificar os professores que lecionam nos cursos de Turismo. Detalhes da formação desses docentes foram coletados a partir das informações disponíveis na Plataforma Lattes⁴. Nos casos de currículos sem foto de perfil e sem imagem nas redes sociais ou *Google*, o docente foi tratado como “sem informação”⁵. Os dados coletados foram registrados em planilhas que posteriormente sofreram um processo de síntese e análise, gerando categorias analíticas representadas em tabelas e gráficos.

Para classificar as/os docentes como negras/os considerou-se seus traços fenotípicos, partindo da ideia de que o preconceito se dá pela cor da pele e pelas características físicas/corporais (MUNANGA, 2003). Dessa forma, a pele escura, combinada com outros traços (tais como cabelos crespos e outros socialmente reconhecidos como traços negros), determinou se o docente seria ou não considerado negra/o⁶. Considerou-se como negras/os e pardas/os, os docentes de pele escura. A cor da pele foi o fator determinante para a análise, tendo em vista que os currículos têm apenas a foto de rosto ou meio corpo de cada um. Aqueles e aquelas que eventualmente se autodeclarassem negras/os ou pardas/os, apesar da cor de pele clara nas fotos, não foram considerados neste estudo, pois a única maneira de categorização se deu por meio das fotos disponibilizadas nos currículos.

2 Para os limites deste estudo, foram escolhidas duas universidades públicas de cada região geopolítica brasileira: Universidade do Estado do Amazonas; Universidade Estadual de Roraima; Universidade Federal do Maranhão; Universidade Federal do Rio Grande Do Norte; Universidade Federal Fluminense; Universidade de São Paulo (Campus Leste apenas, que oferece o Programa de Pós-Graduação em Turismo/PPGTUR); Universidade de Brasília; Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal do Paraná. A razão para o recorte ter se limitado a duas instituições de cada região é que o trabalho foi feito como Trabalho de Conclusão de Curso, com tempo e recursos limitados de pesquisa. Apontamos para a necessidade, em pesquisa futura, de explorarmos o tema em todas as universidades públicas que têm curso de Turismo.

3 Plataforma Lattes. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>, acesso em 09/09/2022.

4 CNPq. **Plataforma Lattes**. Disponível em: <https://lattes.cnpq.br/>, acesso em 16/12/2021.

5 A coleta de dados para essa pesquisa foi realizada no período de 01 de junho a 30 de junho de 2021. Eventuais professores negras/os ou parda/os contratados após esse período não estão computados na pesquisa.

6 Sabemos, entretanto, da problemática envolvida nessa identificação, considerando-se que a cor da pele está em um espectro grande de variações. Por outro lado, fez-se uma tentativa de identificar a negritude tendo em conta que, quanto mais escura a pele (combinada com outros traços fenotípicos), menos possibilidade da pessoa ser beneficiada por uma estrutura de privilégios sociais. A identificação foi feita pelo pesquisador, um homem negro, que vivencia cotidianamente o significado de ser reconhecido socialmente como negro.



O Brasil conta hoje com 41 universidades e institutos federais que oferecem cursos de bacharelado em Turismo⁷. Além disso, dessas 41 universidades, sete oferecem pós-graduação em Turismo, segundo dados da CAPES⁸, sendo que três delas oferecem somente o mestrado *lato sensu* (Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Paraná e Universidade Federal de Pernambuco), duas apenas o mestrado profissional (Universidade Estadual do Ceará e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe) e duas contam com mestrado e doutorado *lato sensu* (Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Rio Grande do Norte).

Segundo dados da APUSF, as universidades públicas federais brasileiras tiveram um aumento de 60% de professores negros e pardos em seus quadros de mestres e doutores, desde a Lei 12.990 que estabeleceu cotas para concursos públicos até o ano de 2019. Dessa forma, a participação de docentes pretos e pardos no quadro geral de mestres e doutores dessas instituições passou de 11,7% para 15,8%, entre 2014 e 2019⁹, mas ainda é pequena, refletindo o racismo estrutural no país. Não há dados sobre o caso específico dos cursos de Turismo.

A disparidade de oportunidades nas vagas de docência em universidades públicas revela que cor e gênero são fatores definidores nas posições de privilégio na docência superior. Em 2020, mesmo com a política de cotas, dados do IPEA mostraram que 36,9% do corpo docente das universidades federais são compostos por homens brancos, em seguida por mulheres brancas (31,7%), e bem distante destas proporções estão os homens negros (13,2%) e mulheres negras (10,2%), seguidos por outras identidades de gênero:

7 Levantamento feito pelos autores deste artigo, a partir de dados divulgados pelo Ranking dos Cursos de Turismo da Folha de São Paulo (disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/turismo/>, acesso em 08/09/2022). As universidades e institutos públicos que oferecem cursos de bacharelado de Turismo são: Universidade de São Paulo, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal do Paraná, Universidade de Brasília, Universidade Federal Fluminense, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Universidade Federal do Paraná, Universidade do Estado da Bahia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Universidade Regional de Blumenau, Universidade do Estado do Amazonas, Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Universidade Federal do Rio Grande, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal de Alagoas, Universidade Estadual do Piauí, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade Estadual de Roraima, Universidade Federal do Piauí, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Estadual do Paraná, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Universidade do Estado de Minas Gerais, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul.

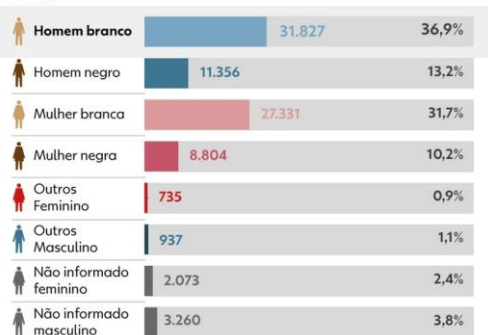
8 Disponíveis em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2019/ranking-de-cursos/turismo/>, acesso em 08/09/2022.

9 Professores negros são 15,8% dos docentes de universidades federais. APUSF. 20/11/2020. Disponível em: Professores pela Universidade Pública (APUSF) <https://www.apufsc.org.br/2020/11/20/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais-2/>, acesso em 08/07/2022.

Professores de universidades federais - por gênero e raça

Mesmo com cotas para negros, 36,9% são homens brancos

Em 2020



g1 Fonte: Ipea 2020
 Infográfico elaborado em: 19/08/2022

Fonte: G1.¹⁰

A discrepância racial nos postos de professores das universidades públicas estaduais e federais justifica a análise do perfil racial dos docentes dos cursos de Turismo no Brasil. A percepção da relevância do tema foi diferente da vivência pessoal de um dos autores deste artigo, um homem negro, no curso de Lazer e Turismo da Universidade de São Paulo (USP).

Esta pesquisa foi realizada como Trabalho de Conclusão de Curso¹¹ e buscou identificar o perfil racial dos docentes dos cursos de Turismo de dez instituições de ensino públicas brasileiras, sendo duas em cada região geopolítica, a fim de verificar se há professores negros e pardos em seus quadros de docentes e em que proporção.

A hipótese orientadora do trabalho foi de que há ausência de docentes negras/os e parda/os no quadro de professores dos cursos de Turismo das dez universidades, tendo em vista o racismo estrutural vigente. Imaginou-se que a proporção de negras/os e parda/os nos cursos de Turismo seria semelhante à proporção em posições de docência nas universidades públicas em geral e que os cursos de Turismo seriam constituídos majoritariamente por sujeitos brancos nas posições de docência.

10 TENENTE, Luisa. Lei de cotas em concursos: entenda por que universidades sorteiam vagas para contratar professores negros. G1. Educação. 29/08/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2022/08/29/lei-de-cotas-em-concursos-entenda-por-que-universidades-sorteiam-vagas-para-contratar-professores-negros.ghtml>, acesso em 08/09/2022.

11 SILVA, Juliel Souza. **Análise Do Perfil Racial Dos Docentes Dos Cursos De Turismo No Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso de Lazer e Turismo. Orientadora: Valéria Barbosa de Magalhães. Universidade de São Paulo, 2021.



Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) reforçam a hipótese: no Brasil, 54% da população se autodeclara negra e/ou parda¹². Uma das hipóteses deste projeto era de que as instituições com o maior número de professores negros/os e parda/os estivessem nas Regiões Centro-oeste e Norte (66,9%), seguidas da Nordeste (9,5%) e Sudeste (7,9%), seguindo a tendência do contingente populacional afrodescendente no país¹³.

Com base em observações empíricas¹⁴ nos cursos de pós-graduação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e na Universidade Federal Fluminense (Sudeste), o projeto supôs não haver professores negros lecionando na pós-graduação em Turismo no Brasil. A pesquisa foi orientada pela concepção de que as instituições de ensino superior precisam fomentar a diversidade tanto no quadro de docentes, quanto no grupo de funcionários técnico-administrativos. Uma entidade plural com pessoas de todos os estratos sociais e níveis culturais é capaz de transformar paradigmas teórico-metodológicos e de suscitar o debate de questões que não haviam sido discutidas/debatidas em espaços de produção acadêmica hegemônica¹⁵.

Conceito de raça: uma construção social

Este estudo sobre a presença negra em cursos superiores de Turismo no Brasil está ancorado em teorias e autores que consideram a ideia de raça como um construto social historicamente situado no contexto colonial. O objetivo da ideia de raça é segregar e marginalizar grupos alvos da subjugação dos colonizadores (MUNANGA, 2003; ALMEIDA, 2021).

Para Achille Mbembe (2018), a classificação de humanos em raças não é natural, mas sim uma invenção útil e ideológica que justifica arbitrariedades exercidas por grupos dominantes brancos. A classificação de grupos humanos em raça cria entraves sociais, limitando e segregando grupos, promovendo sociedades desiguais e racistas. Isto acaba por promover o surgimento do fenômeno social conhecido como racismo.

A classificação dos humanos em raças não passa de uma construção social, amparada por interesses políticos e ideológicos, a fim de atender às demandas capitalistas, pois “a raça é ao

12 IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral: tabela 6403. População, por cor ou raça. IBGE. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6403#resultado>> Acesso em: 18 abr. 2021.

13 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. IBGE mapeia a distribuição da população preta e parda. IBGE. 06/1/2013. Disponível em: <[https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20censo%2C%207,percentual%20\(4%2C1%25\)](https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20censo%2C%207,percentual%20(4%2C1%25))>. Acesso em: 29/02/2022.

14 As observações foram feitas pelo autor da pesquisa, Juliel Souza da Silva, durante seu último ano do curso de Lazer e Turismo da EACH-USP.

15 Por produção acadêmica hegemônica nos referimos aos paradigmas teórico-metodológicos produzidos por sujeitos e grupos sociais brancos que privilegiam teorias e métodos produzidos pelos países colonizadores e inseridos em um contexto estrutural branco heteronormativo. Partimos, portanto, de uma orientação teórica decolonial (CUSICANQUI, 2010; SEGATO, 2012).



mesmo tempo ideologia e tecnologia de governo” (MBEMBE, 2018, p. 75). A noção de raça não é, porém, um componente inerte, ela pode se adaptar caso venha a ser útil a outro contexto histórico (ALMEIDA, 2021, p. 24). Para Fanon (1980), o racismo é cultural, havendo historicamente culturas com e sem racismo.

Chegamos ao século XXI com o racismo sob novas roupagens. Ele não é um conceito fixo, estático, seu sentido está sempre vinculado às circunstâncias históricas e sociais e a elas serve, como já alertava Fanon: “o racismo não pôde esclerosar-se. Teve de se renovar, de se matizar, de mudar de fisionomia. Teve de sofrer a sorte do conjunto cultural que o informava.” (1980, p. 36. Grifos nossos).

No Brasil, a construção da ideia de raça contou com algumas especificidades.

Racismo à brasileira

O antropólogo Kabengele Munanga (2019)¹⁶ ressalta que o racismo à brasileira tem suas peculiaridades, caracterizadas muitas vezes pelo silenciamento e pelo não dito (MUNANGA *apud* MILENA, 2019)¹⁷. A luta contra o racismo pede que superemos sua negação, sendo preciso reconhecê-lo. Este é o grande desafio no país em direção à igualdade no acesso de negras/os a postos de docência no ensino superior (RIBEIRO, 2019).

Um complicador do racismo no Brasil é o mito da democracia racial que fomenta a falsa crença de que todos seriam iguais, de que aqui não haveria racismo. A ideia de democracia racial foi construída ao longo de mais de um século e encontrou suporte em autores clássicos, como Gilberto Freyre (1999), o qual romantizou a formação do povo brasileiro a partir da miscigenação das três raças. A obra não levou em conta as violências, violações e estupro das mulheres negras e indígenas, entre outras formas de violência e submissão dos povos não brancos¹⁸ (CARNEIRO, 2018).

A negação do racismo no Brasil é expressão de um mecanismo que permite evitar trazer à tona algo velado e implícito. Isto se manifesta de muitas formas, por exemplo, quando se atribui o racismo ao outro e não a si mesmo (MUNANGA *apud* MILENA, 2019; GONZALES, 2020).

Do ponto de vista subjetivo, falar sobre racismo causa às vítimas dores, incômodos e sofrimentos. As constantes ofensas e humilhações deixam sequelas, feridas e marcas indelévels, pois o sujeito negro sofre discriminação da infância à velhice. Sofre-se com a falta de representatividade na televisão, nas novelas e nos comerciais de produtos e com a ausência de bonecas pretas. Na

16 O professor Munanga é um docente brasileiro-congolês da Universidade de São Paulo e uma referência no Brasil na luta contra todos os tipos de racismo e discriminação racial.

17 MILENA, Lilian. Kabengele Munanga, o antropólogo que desmistificou a democracia racial no Brasil. **Carta Maior**, 15/05/2019.

Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Kabengele-Munanga-o-antropologo-que-desmistificou-a-democracia-racial-no-Brasil/5/44091>> . Acesso em: 25 mar. 2021.

18 Neste artigo, o termo “não branco” será utilizado para fazer referência a todos os grupos não identificados como brancos, incluindo negras/os e pardas/os, mas não limitado a eles, tais como por exemplo, orientais e indígenas.

adolescência, o sujeito negro sofre quando não é aceito em grupos de amigos, quando não é convidado a dançar nas festas da escola. Adultos, homens e mulheres negros/as sofrem na pele a rejeição, seja ao concorrerem a uma vaga de emprego, seja nas perseguições policiais, responsáveis pela morte e encarceramento de jovens negros e em outras situações cotidianas e institucionais (GONZALEZ, 2020).

Apesar da triste constatação do quão arraigado o racismo está nas estruturas sociais contemporâneas, autoras/es negras/os têm vislumbrado caminhos que poderiam mudar essa realidade (RIBEIRO, 2019). Para Achille Mbembe (2018), por exemplo, a superação do racismo passa, entre outras coisas, pela restituição e reparação.

No Brasil, o racismo só foi reconhecido como crime em 1988, a partir da promulgação da Constituição Cidadã, 100 anos após a Abolição da Escravatura (1988). Em seu artigo 5º, inciso 42, a Constituição Federal estabelece que: toda e qualquer "prática de racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". (BRASIL, 1988, s/p)¹⁹.

Universidade para quem?

A história da educação formal no Brasil é a história das elites (SILVA, 2017). Os primeiros colégios foram implantados pelos jesuítas com cursos superiores para sua formação como sacerdotes.

Durante o período colonial, a educação formal era considerada um privilégio de poucos, ou seja, até mesmo a população livre tinha pouco ou nenhum acesso à educação. Em 1808, com a chegada da Família Real portuguesa, surgiram a Escola Politécnica, a Academia militar e os cursos médico-cirúrgicos, que eram instituições para os filhos da elite brasileira.

Lilia Moritz Schwarcz (2019) explica que a educação nunca foi um direito de todos em um Brasil de passado escravocrata e organizado a partir da concentração de renda. A educação formal do povo negro era mais um projeto para evitar rebeliões, não havendo interesse de fato em alfabetizá-los ou permitir-lhes o acesso à escrita ou à leitura.

Entre 1950 e 1973, o Brasil registrou avanços significativos no tocante ao nível educacional da população, porém esse progresso não incluiu as populações negras, que continuavam sem acesso amplo à educação de níveis elevados (ensino médio e superior): os negros conseguiam chegar no máximo ao que hoje é o ensino fundamental (GONZALEZ, 2020).

Essa carência na formação da população negra reforçou e perpetuou sua posição de subalternidade²⁰ no Brasil. Lélia Gonzalez (2020) observa que a assimetria no acesso ao conhecimento é um dos fatores responsáveis pelo fosso abissal entre educação e renda existente no Brasil: "no grupo branco, a relação entre educação e renda é praticamente linear, enquanto no

19 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> . Acesso em: 30 mar. 2021.

20 O termo "subalternidade" será aqui utilizado no sentido atribuído por Spivak (2010), ou seja, da condição de exclusão dos sujeito não brancos no contexto colonial.



grupo negro o incremento educacional não é acompanhado por um aumento proporcional de renda." (GONZALEZ, 2020, p. 189).

O racismo acadêmico²¹ é resultante de uma combinação da exclusão racial planejada e eficaz orquestrada ao longo do tempo sob a égide dos órgãos oficiais, a exemplo do Instituto de Educação que, desde os anos 1920, foi orientado por uma ideologia eugênica (CARVALHO, 2006). O ingresso historicamente tardio dos negros/os e pardas/os na escola é um dos motivos do atual retrato das universidades brasileiras, em que há poucos professores lecionando nos cursos superiores ou nos programas de pós-graduação ou mesmo em cargos administrativos, como reitores, diretores, *et cetera* (MACHADO, 2020). Embora o Brasil tenha criado mecanismos para atenuar a desigualdade de acesso de sujeitos negros/os e pardas/os ao ensino superior, as universidades públicas em geral continuam com poucos professores com esse perfil racial.

No curso de Turismo, objeto deste artigo, os docentes negros não chegam a 4%, conforme veremos a seguir, ou seja: embora o país seja majoritariamente constituído por negros/os e pardas/os, os brancos continuam dominando os espaços de produção do conhecimento, os quais também são espaços de poder porque definem as prioridades da produção não só tecnológica, mas também de reflexão de mundo e de suas possibilidades de continuidade ou de transformação.

A diversidade étnico-racial nas universidades públicas brasileiras

Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu a constitucionalidade da Lei 12.990/2014²² que trata das cotas para negros/os e pardas/os no serviço público brasileiro, mas os dados indicados anteriormente mostram que seus efeitos ainda são sentidos nas posições de docência nos cursos superiores das universidades públicas. Essa lei reserva aos cidadãos negros/os e pardas/os 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para cargos efetivos, na esfera federal direta e indireta (BRASIL, 2014).

Mesmo com o avanço do STF, os professores negros/os e pardas/os ainda representam somente 15,8% dos docentes de universidades federais. Na Universidade de São Paulo, de acordo com os dados disponíveis no Portal da Transparência²³, dos 5.769 docentes ativos da Universidade, apenas 159 se autodeclararam pretas/os ou pardas/os em dezembro de 2021. O número representa pouco mais de 2% do total de professores²⁴. A universidade ainda não tem uma política de cotas voltada à contratação de docentes, mas o reitor Carlos Gilberto Carlotti Junior, nomeado em 08 de dezembro de 2021, declarou que “pretende criar cotas para contratação de professores negros e

21 Racismo acadêmico, no sentido proposto por Carvalho (2015), se refere às barreiras impostas pelo ambiente acadêmico às pessoas não brancas.

22 BRASIL. Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/12990.htm> . Acesso em: 17 set. 2021.

23 USP. Portal da Transparência. Disponível em:

<<https://uspdigital.usp.br/portalthtransparencia/informacaoServidorRacaCor>> . Acesso em: 06 dez. 2021.

24 USP. Portal da Transparência. Disponível em:

<<https://uspdigital.usp.br/portalthtransparencia/informacaoServidorRacaCor>> . Acesso em: 06 dez. 2021.



mulheres²⁵ durante sua gestão. Caso esse plano venha a se efetivar, certamente contribuirá para mudar um pouco o desequilíbrio racial entre os docentes na USP.

A percepção sobre o racismo na USP, entretanto, ainda é presente:

Ao comparar o perfil racial do corpo docente da nossa universidade (em que menos de 4% do corpo docente são PPI) com a população do Estado de São Paulo (com 37,5% de PPI), temos ideia da flagrante injustiça e desigualdade racial que representa a composição do nosso corpo docente²⁶.

Em ato histórico e inédito, a USP aprovou, em 03 de maio de 2022, a criação da *Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento*²⁷. Seu papel será de coordenar ações afirmativas e de permanência universitária, o que constitui um passo importante na redução das desigualdades raciais de gênero e de outras minorias dentro da USP. Espera-se que o quadro de docentes da universidade seja beneficiado pelas ações afirmativas que estão sendo implementadas, mas sabemos que há um longo caminho a percorrer na correção de séculos de desigualdade social.

O país terá um imenso desafio nos próximos anos para resolver as assimetrias raciais presentes no quadro de docentes das universidades públicas. A adoção de cotas étnico-raciais nos concursos públicos das instituições de ensino é uma medida que pode atenuar a desigualdade. Contudo, caberá a toda sociedade civil exigir que o poder público adote medidas e formule políticas sociais que permitam solucionar esse problema que é estrutural e secular.

Outra epistemologia seria possível?

A participação de professores não brancos na produção do conhecimento gera impactos positivos nas universidades e contribui para mudanças de paradigmas teóricos, metodológicos e tecnológicos: questões relacionadas às populações marginalizadas passam a ser estudadas e promove-se a inclusão de disciplinas de interesse para o desenvolvimento social, cultural e científico de populações que tiveram seus direitos alijados ao longo do processo civilizatório do país. Pesquisa divulgada na Revista FAPESP de outubro de 2021 ratifica essa ideia, quando afirma que as políticas de ações afirmativas para pessoas negras, pardas e indígenas transformaram as

25 Novo reitor da USP quer cotas raciais e de gênero para professores. **Yahoo Notícias**. 09/12/2021, *online*. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/novo-reitor-da-usp-quer-cotas-raciais-e-de-genero-para-professores-114354192.html>, acesso em: 08/09/2022.

26 COELHO, Nuno. O racismo na composição do corpo docente da USP – e a oportunidade que não podemos perder. **Jornal da USP**. 10/05/2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-racismo-na-composicao-do-corpo-docente-da-usp-e-a-oportunidade-que-nao-podemos-perder/>, acesso em 08/09/2022.

27 YAKAMOTO, Érika. USP cria Pró-Reitoria para ampliar ações de inclusão e pertencimento. **Jornal da USP**. Institucional. 03/05/2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-cria-nova-pro-reitoria-para-ampliar-acoes-de-inclusao-e-pertencimento/>, acesso em 08/09/2022.



instituições públicas de ensino no Brasil em locais plurais, diversos, sobretudo, nos cursos de graduação de maior concorrência no Brasil²⁸.

Carneiro (2005) apoia-se no conceito de epistemicídio, criado pelo sociólogo e poeta português Boaventura Sousa Santos, que se refere à negação dos conhecimentos e saberes produzidos por povos que não integram o centro hegemônico do poder. O epistemicídio acontece quando o conhecimento só é considerado legítimo e válido se produzido pela população branca do hemisfério norte, ou seja, os saberes produzidos por populações colonizadas e do sul global são invalidados. Daí a necessidade de descolonização do conhecimento para fazer valerem os saberes e fazeres de populações marginalizadas pelo processo capitalista e historicamente colonial.

Epistemicídio e genocídio estão historicamente intrincados: o genocídio precisa promover também o epistemicídio como forma de eliminar o outro e a sua cultura, estes entendidos como ameaça aos privilégios constituídos. O objetivo é desclassificar, subalternizar, ilegalizar, deslegitimar o outro. A expansão europeia deve seu sucesso ao epistemicídio, que garantiu a eliminação de povos que poderiam representar ameaça ao capitalismo (SOUZA SANTOS, 2018). O epistemicídio acontece em dimensões múltiplas, inclusive na restrição do acesso dos negros/os e pardas/os e outros grupos à educação (CARNEIRO, 2005).

Ainda hoje, a academia tradicional categoriza os conhecimentos da população negra como ilegítimos e não confiáveis ou os classifica no campo dos mitos (KILOMBA, 2019). Os negros e outros grupos não-brancos são vistos apenas como objeto de pesquisa e suas próprias narrativas e conhecimentos são deslegitimados (KILOMBA, 2019). Autores do pensamento decolonial²⁹ têm desafiado as tradicionais concepções do saber em favor de novas epistemologias que contemplem interesses, culturas e cosmologias diversas.

Para Kilomba (2019), "o centro acadêmico não é um local neutro (...) é um espaço branco, onde o privilégio de fala tem sido negado para pessoas negras" (KILOMBA, 2019, p. 50). Nessa academia dominada e validada por brancos, majoritariamente homens, os conhecimentos produzidos por homens e mulheres negras são invalidados e tipificados como de cunho pessoal, parcial, emocional, baseados em opiniões em vez de fatos, enquanto os trabalhos elaborados por homens e mulheres brancos são tidos como universais, objetivos, neutros, racionais, baseados em fatos evidências objetivas.

Os estudos de pesquisadores/as negros/as e de autores fora do âmbito hegemônico do eixo norte global têm trazido para o debate a reflexão sobre a importância do conhecimento feito a partir de uma perspectiva decolonial³⁰, isto é, fora dos pólos colonizadores. Essas visões contribuem para a construção de um conhecimento mais diverso, justo e inclusivo.

28 QUEIROZ, Christina. A fórmula da equidade. *Revista Fapesp*, ed. 308, out. 2021. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/a-formula-da-equidade/>. Acesso em: 02/03/2022..

29 Como Cusicanqui (2010), Segato (2012) e outros.

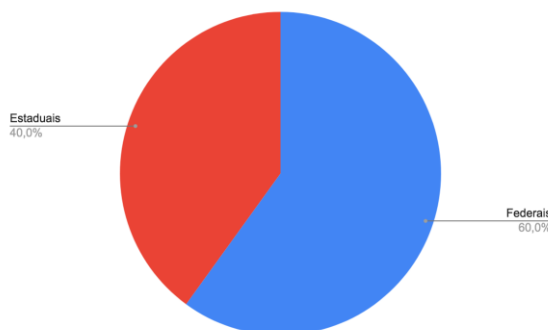
30 O debate decolonial questiona e situa os conhecimentos e epistemologias produzidos a partir do contexto colonial, que apagam os saberes produzidos fora do eixo branco (MIGNOLO e BRUSSOLO, 2021).

Docentes negras/os nos cursos de Turismo das universidades públicas

A desigualdade racial no sistema de ensino superior no Brasil se reflete na composição dos docentes dos cursos de Turismo das universidades públicas. Dos 184 professores dos dez cursos de Turismo analisados, apenas sete são negras/os ou pardas/os, sendo que, entre eles, são quatro mulheres e dois homens³¹.

A seguir, detalharemos as características dos dados encontrados no levantamento sobre o perfil racial dos professores dos cursos de Turismo nas universidades públicas brasileiras analisadas. Com relação ao perfil das 10 instituições analisadas, elas se caracterizaram como universidades estaduais ou federais:

Gráfico 1: Perfil das instituições analisadas:



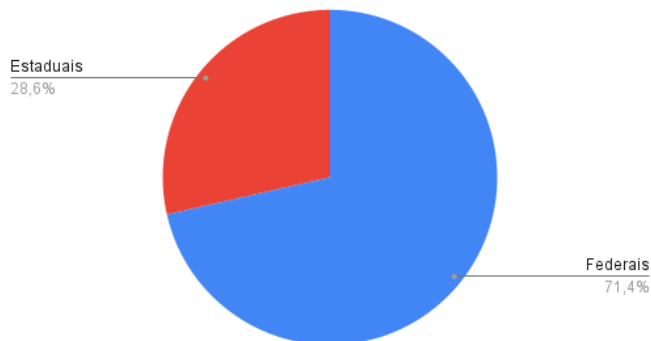
Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Neste estudo, 60% das universidades analisadas são federais, ao passo que 40% são estaduais. A maior parte (71,4%) dos professores negras/os ou pardas/os identificados nos cursos de Turismo está presente nas federais, conforme o gráfico a seguir. Esse número pode ser explicado porque as federais reservam aos candidatos negras/os e pardas/os 20% das vagas nos concursos públicos para cargos efetivos, porém esse critério só é aplicado quando o número de oportunidades é igual ou maior que três (Lei 12.990 de 2014), de modo que alguns cursos de Turismo dessas instituições podem não ter chegado a utilizar a política de quotas:

Gráfico 2: Proporção de professores negras/os ou pardas/os por perfil institucional nos cursos de Turismo:

31 Durante a coleta de dados, 12 docentes dos cursos de Turismo foram categorizados como sem informação racial porque seus perfis não continham fotos (a foto era o critério para a identificação baseada no fenótipo).

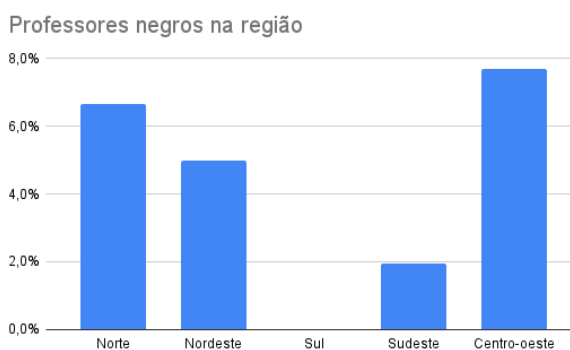
Professores negros nas instituições



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Considerando-se a presença de professores negras/os ou pardas/os no total do corpo docente de cada região (isto é, o número de professores negras/os nos cursos de Turismo em relação ao total de docentes de Turismo na região nas dez universidades analisadas), a maior proporção de professores negras/os ou pardas/os encontra-se na região Centro-Oeste (7,7% das/os docentes), seguida respectivamente por Norte (6,7) e Nordeste (5%). É notável a diferença de proporção em comparação com a região Sudeste, que conta apenas com 2% de negras/os ou pardas/os em seu corpo docente dos cursos de Turismo, e principalmente com a região Sul, que não conta com nenhum deles³².

Gráfico 3: Proporção de professores negras/os ou pardas/os no total do seu corpo docente nos cursos de Turismo por região:



32 A esse respeito, conferir, por exemplo: CONSTANTI, Giovanna. O que a Liberdade significa para a memória dos negros em São Paulo? 02/09/2018. **Carta Capital**. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-que-a-liberdade-significa-para-a-memoria-dos-negros-em-sao-paulo/>, acesso em 09/08/2022.

Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Não por acaso, as regiões Sul e Sudeste - que contam com as menores proporções de professores negras/os ou pardas/os no total de seu corpo docente dos cursos de Turismo - têm historicamente privilegiado uma narrativa de formação cultural e étnica baseada nos imigrantes europeus brancos. Por exemplo, em São Paulo são notórios os apagamentos da presença negra em bairros turísticos e em locais de patrimônio, em favor da presença branca, como no caso da Estação Japão-Liberdade do metrô e do bairro do Bixiga (conhecido como bairro italiano, mas que foi historicamente um dos pontos de resistência negra na cidade).

Em relação à maior presença de professores negras/os ou pardas/os por região, vemos que as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste têm um contingente semelhante (cada uma representando 28,6% do total de professores negra/as nos cursos de Turismo no país), enquanto a região Sudeste contribui com bem menos (14,3%) e a região Sul com nenhum docente negra/o. De novo, regiões Sul e Sudeste deixam muito a desejar quanto à diversidade racial em seus corpos docentes:

Gráfico 4: Comparativo por região da presença de professores negras/os ou pardas/os:



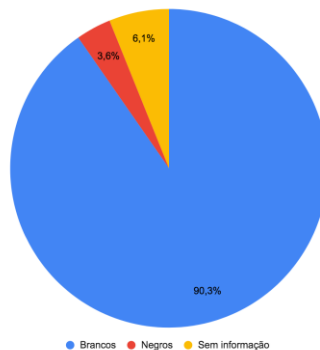
Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Os cursos de Turismo que não têm nenhum professor negras/os ou pardas/os, dentre os 10 aqui analisados são: Universidade Estadual De Roraima; Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte; Universidade De São Paulo (Unidades EACH³³ e Butantã); Universidade Estadual Do Mato Grosso Do Sul; Universidade Federal De Pelotas; Universidade Federal Do Paraná.

O gráfico a seguir apresenta o perfil racial geral dos docentes nos cursos de Turismo das dez universidades públicas analisadas:

33 Além disso, durante a pesquisa, o único professor negro do curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP) encontrado era um cargo temporário, tendo sido contratado apenas por dois anos. Este caso não foi computado como curso de Turismo que tem professor negro.

Gráfico 5: Perfil racial dos docentes pesquisados:



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Em um país constituído majoritariamente por pardas/os e negras/os³⁴, esta pesquisa revelou que a presença de pessoas pretas/os na docência em cursos de Turismo das universidades públicas corresponde a apenas 3,6% do total. Esse dado reafirma sua falta de representatividade de no ensino superior, conforme havia sido anteriormente observado³⁵. Os dados da pesquisa mostram que 90,3% dos professores que lecionam nos cursos de Turismo das dez instituições públicas são brancos ou não negros (orientais, por exemplo)³⁶.

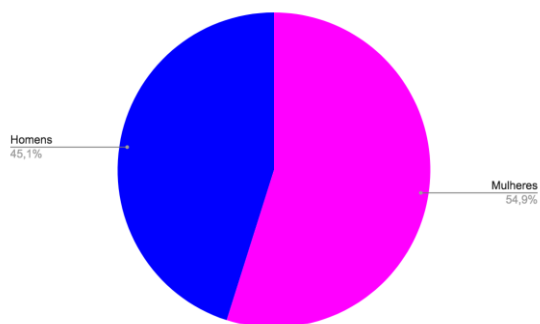
Os gráficos a seguir analisam as características de gênero, primeiro do total dos 184 professores analisados de cursos de Turismo das universidades públicas, depois especificamente dos docentes negros/os ou pardas/os desses cursos:

Gráfico 6: Perfil de gênero do total de 184 docentes cursos de Turismo nas 10 universidades públicas analisadas:

34 “De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas”. IBGE. Conheça o Brasil: cor ou raça. Educa IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>, acesso em 28/02/2022.

35 Professores negros são 15,8% dos docentes de universidades federais. *Jornal da APUFSC*, 20/11/2020. Disponível em: <https://www.apufsc.org.br/2020/11/20/professores-negros-sao-158-dos-docentes-de-universidades-federais-2/>, acesso em 09/09/2022.

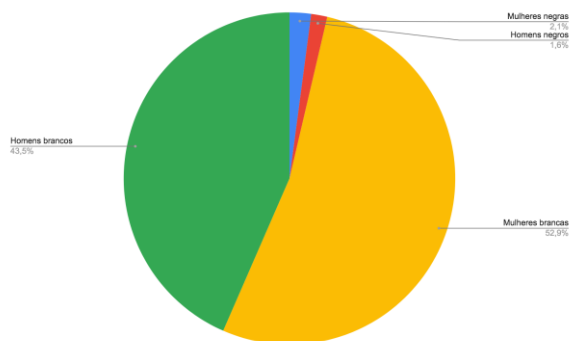
36 Sendo que 6,1% foram classificados como “sem informação”, devido à falta de informações raciais nos currículos disponíveis na Plataforma Lattes ou à ausência de fotos.



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Quanto ao gênero dos docentes dos cursos de Turismo em geral, 55% deles são do sexo feminino e 45% do sexo masculino. Desse total, apenas 2,1% são mulheres negras e 1,6% são homens negros, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 7: Comparação da proporção de docentes negras/os ou pardas/os por gênero:



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Os gráficos acima mostram que, nos cursos de Turismo em universidades públicas brasileiras há uma leve predominância feminina em seus corpos docentes, fato que se refletirá também entre os docentes negras/os ou pardas/os. Esse panorama pode variar de uma universidade para outra. No caso do Curso de Lazer e Turismo da EACH/USP, a predominância é de docentes masculinos, sendo ela de 68,4%.

No tocante à questão de gênero, valeria a pena investigar, em pesquisa futura, se essa leve predominância de mulheres nos corpos docentes dos cursos de Turismo das universidades públicas se repetiria, caso todas as outras federais e estaduais entrassem na amostra e se isto também se revelaria quando analisada a intersecção entre gênero e raça. Caso houvesse confirmação, a pergunta seria se este fato poderia ou não ser atribuído a um eventual perfil de



gênero tradicionalmente atribuído a determinadas profissões e se seria este o caso da área de Turismo.

Outro dado chamou a atenção na pesquisa: das 10 instituições analisadas, apenas quatro delas contam com professores negras/os ou pardas/os nos cursos de Turismo: Universidade do Estado do Amazonas, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Maranhão e Universidade Federal Fluminense, sendo que três delas possuem reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras/os ou pardas/os³⁷. Das universidades federais analisadas, a UnB é a que possui mais professores negros no curso de Turismo, sendo a única com dois docentes, enquanto nas estaduais destaca-se a Universidade do Estado do Amazonas, também com dois. É chocante constatar que, dentre 10 cursos de Turismo de universidades públicas, seis deles não têm nenhum/a docente negra/o.

Fica evidente, portanto, que a presença das docentes negras/os nos cursos de Turismo das universidades públicas está aquém do ideal em um país da dimensão do Brasil e que essa proporção (3,6%) não corresponde à proporção de pessoas autodeclaradas pardas ou negras na população em geral³⁸, elas estão sub-representadas nesses postos. O fato de que, dentre as quatro universidades que têm professores negras/os ou pardas/os, três delas têm sistema de cotas para contratação de professores, reafirma a importância das políticas afirmativas para ingresso em posições docentes como forma de correção da desigualdade social causada pelo racismo estrutural no país.

Outro aspecto importante que a pesquisa revelou por meio da análise da produção na *Plataforma Lattes* foi que os professores negras/os ou pardas/os dos cursos de Turismo têm majoritariamente o racismo, as questões sociais e a cultura africana como temas de suas pesquisas acadêmicas. Apenas em um caso constatou-se que o docente estuda outros assuntos. Nesse sentido, vemos que a pluralidade na docência renova os conhecimentos e aciona perspectivas epistemológicas e temáticas que não seriam possíveis sem sua presença, como afirmaria Kilomba (2019). A diversidade na produção do conhecimento pode combater o epistemicídio promovido durante séculos pela dominação branca colonial.

A importância da presença de docentes negras/os ou pardas/os nas universidades em geral vai além do próprio combate ao epistemicídio: ela propicia a convivência social em prol da diversidade no ambiente acadêmico. Faz com que colegas e estudantes possam ver a realidade por ângulos multifacetados e promove a valorização de novas temáticas de pesquisa e de metodologias diferentes. A diversidade no ambiente universitário permite que acadêmicos

37 Excluímos desta contagem o já mencionado caso do professor temporário do curso Lazer e Turismo da unidade EACH da USP.

38 “De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou indígenas”. IBGE. Conheça o Brasil: cor ou raça. Educa IBGE, 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>, acesso em 28/02/2022.

produzam uma reflexão profunda sobre respeito, igualdade de acesso ao saber e sobre direitos humanos.

Especificamente no caso dos cursos de Turismo, o contato com perspectivas negras ou indígenas ou de imigrantes tem contribuído para novas abordagens teóricas e temáticas (e até mesmo de segmentação de mercado), especialmente sobre temas como patrimônio, turismo sustentável, turismo social, afroturismo e desigualdade de acesso ao lazer, turismo e entretenimento.

Com relação ao levantamento das disciplinas lecionadas pelos professores negros/os ou pardas/os dos cursos de Turismo em universidades públicas, identificou-se as seguintes: Fundamentos do Lazer; Planejamento Turístico; Elaboração e avaliação de projetos turísticos; Estudos Históricos e Turísticos Brasileiros; Itinerários e circuitos Turísticos; Gestão Pública e Turismo; Gestão do Turismo Urbano; Tópicos Especiais III; Filosofia da Educação; Turismo Rural; Desenvolvimento Turístico e Impactos Territoriais; Metodologia da Pesquisa Aplicada ao Turismo; Turismo, Território e Região; Pesquisa em Turismo; Turismo e Transportes; Turismo e Transporte Terrestre; Língua italiana instrumental e Metodologia da Pesquisa Científica. As matérias aqui apresentadas constam nos currículos *lattes* dos docentes negros identificados neste estudo.

Os dados mostram que não há diferenças substanciais nos temas das disciplinas ministradas pelos docentes negros/os ou pardas/os, sendo que eles atuam conforme a ementa/grade curricular de cada curso. Não foram identificadas disciplinas que abordassem questões étnico-raciais ligadas ao turismo e nem em geral.

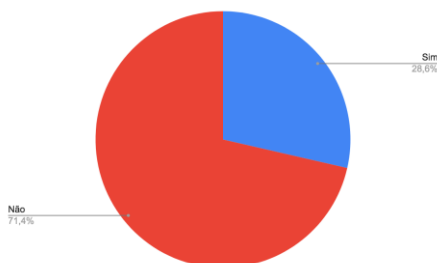
Desse modo, observa-se que os professores negros/os ou pardas/os ministram disciplinas relacionadas tanto às suas áreas de formação, como a áreas do conhecimento específicas do curso ou conteúdo programático de caráter técnico-operacional.

A seguir, para detalhar mais o perfil dos professores negros/os ou pardas/os estudados, será analisada a presença de professores negros nos cursos de pós-graduação em Turismo de universidades públicas³⁹:

Gráfico 8: Número de professores negros/os ou pardas/os que lecionam na pós-graduação em Turismo:

39 Segundo dados da CAPES, há 11 cursos de pós-graduação em Turismo no Brasil, sendo sete deles em universidades públicas. Nestas últimas, duas delas oferecem mestrado e doutorado Lato Sensu (USP e UFRN), três oferecem somente mestrado Lato Sensu (UFPE, UFF e UFPR), enquanto duas contam com mestrado profissional em Turismo (UECE e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe).

Dados disponíveis na Plataforma Sucupira. CAPES. <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoAreaConhecimento.jsf?areaAvaliacao=27>, acesso em 09/09/2022.



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

O gráfico acima é revelador em relação às barreiras para um docente negras/os ou pardas/os ascender na carreira acadêmica em um país orientado pelo racismo estrutural. Ele mostra que, dentre as universidades analisadas, apenas dois professores negras/os ou pardas/os lecionam na pós-graduação de Turismo, sendo uma da UFF e um da UnB. Esse número só ratifica a visão de Machado (2020), para quem a população negra ficou alijada da ascensão no processo educacional brasileiro.

Embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988⁴⁰ tenha previsto igualdade para todos os brasileiros a partir das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, nota-se que as universidades brasileiras permanecem com um perfil de professores brancos. A elaboração do texto constitucional contou com a participação de minorias e movimentos sociais, o que trouxe garantias constitucionais para a população negra e parda. A Carta Magna tornou o racismo um crime inafiançável e irrevogável. Outros ganhos relacionados à cultura e a educação foram conquistados e reivindicados a longo prazo nas décadas seguintes, como as cotas para o ingresso no ensino superior para negros/as. Além disso, a Lei 10.639, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação -LDB, incluiu nos currículos oficiais da rede de ensino a obrigatoriedade de estudos de história e cultura afro-brasileira e indígena (SANTOS, 2015). Mesmo com todos esses ganhos, vemos que a estrutura de privilégios ainda se reflete na composição do corpo docente das universidades públicas.

Sobre a produção acadêmica de professores negras/os e pardas/os no campo do Turismo, foi analisada a produção docente apenas de livros por meio de seus currículos lattes⁴¹. A pesquisa revelou que, dentre os poucos docentes negras/os ou pardas/os nesses cursos, uma relativa maioria tem publicado na área. Chama a atenção, porém, serem 42,9% das suas publicações fora da área de Turismo, o que parece ser um dado relevante que merecerá uma análise mais aprofundada em trabalhos futuros (estaria isto relacionado a questões raciais ou não? Haveria menor abertura a publicações e epistemologia negras nos cursos de Turismo?):

40 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 09/09/2022.

41 Em futuro desdobramento desta pesquisa, pretende-se ampliar o escopo da produção docente analisada, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo. Será importante analisar, por exemplo, artigos publicados na área ou não e a caracterização dos periódicos.

Gráfico 9: Professores negras/os ou pardas/os que têm livros publicados no campo do Turismo?



Fonte: Gráfico elaborado por Juliel Souza da Silva.

Constatou-se que 57,1% dos docentes negras/os e pardas/os nas universidades analisadas possuem publicações no campo do Turismo. Nesta etapa da pesquisa, não foi possível levantar/identificar se estas obras são utilizadas nas disciplinas em geral e se são de amplo conhecimento dos demais professores, nem sobre seus índices bibliométricos de citação. Também não foi possível entrar em contato com os autores das obras para uma investigação qualitativa de sua experiência como negras/os ou pardas/os em cursos de Turismo⁴². Esperamos fazer isto em um projeto futuro.

Considerações finais

Esse estudo buscou identificar o perfil racial dos docentes dos cursos de Turismo em dez universidades públicas brasileiras distribuídas pelas cinco regiões administrativas do Brasil. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica que objetivava dar fundamento teórico acerca do contexto histórico, político e social no qual a população negra está inserida no país. Além disso, realizou-se um levantamento dos perfis dos docentes registrados na Plataforma *Lattes* com o intuito de verificar sua distribuição e atuação profissional dentro das universidades.

A pesquisa revelou que não há presença significativa de professores negras/os e pardas/os nos cursos de Turismo das universidades analisadas, se comparada proporcionalmente aos professores brancos. Nas universidades da região Sul, por exemplo, não se identificou nenhum/a professor/a negro/a associado a esses cursos.

Identificou-se que apenas dois professores negras/os e pardas/os lecionam no curso de pós-graduação em Turismo de todas as universidades analisadas, sendo uma professora da Universidade Fluminense e outro professor da Universidade de Brasília. Nos currículos dos

⁴² Entretanto, verificamos que esses livros de autores negras/os ou pardas/os não constam na bibliografia básica especificamente do Curso de Lazer e Turismo da EACH/USP.



demais docentes, não consta que eles lecionem ou participem de programas de pós-graduação *stricto sensu*.

Verificou-se que apenas dois professores negros/os e pardos/os trabalham com temas relacionados a quilombos e territórios, sendo uma professora da Universidade Federal do Maranhão que estuda especificamente quilombos e que tem um livro publicado sobre o tema⁴³. Cabe notar que os professores negros lecionam em disciplinas que estão ligadas às suas áreas de formação e em cadeiras básicas presentes nas grades curriculares dos cursos de Turismo em geral, mas não trabalham especificamente sobre temas raciais.

Constatou-se que as instituições com o maior número de professores/as negros/os e pardos/os estariam nas Regiões Nordeste (9,5%) e Sudeste (7,9%), que são regiões com o maior contingente populacional afrodescendente do país, segundo dados do IBGE⁴⁴.

O trabalho revelou a quase ausência de docentes negros/os e pardos/os no quadro de professores dos cursos de Turismo das dez universidades públicas analisadas, o que se explica em função do racismo estrutural vigente no Brasil. Nota-se que há muito a ser avançado no campo das políticas públicas de inclusão desses sujeitos: não basta que a Constituição Federal de 1988 assegure direitos e conquistas iguais para todos os cidadãos. Ainda há muito a ser feito em nível local e federal a fim de promover igualdade racial a sujeitos que, por vários séculos, tiveram sua humanidade negada.

No decorrer desta pesquisa, constatou-se que o corpo docente das dez instituições pesquisadas é, majoritariamente, constituído por sujeitos brancos. A partir da análise dos perfis identificou-se apenas 3,8% com a tonalidade de pele negra ou parda, ao passo que 90,3% foram identificados como sujeitos brancos. Diante de tal cenário, observa-se que há falta de representatividade negra nos cursos.

A despeito da lei 12.990/2014, que reserva 20% vagas para negros e pardos no serviço público federal, ainda há muito a ser feito nas instituições universitárias estaduais, pois a referida lei é aplicada apenas aos concursos públicos de nível federal. Instituições municipais e estaduais acabam se isentando dessa obrigatoriedade, ainda que instituições estaduais como a UNICAMP tenham aprovado, no primeiro semestre 2021, cotas raciais para seus concursos docentes.

Reconhece-se a importância de se complementar e aprofundar os achados deste trabalho com novas questões: verificar se há diferença em termos de distribuição de vagas de docência entre negros/os e pardos/os, fazer entrevista com professores negros/os e pardos/os identificados na

43 Trata-se do livro CARDOSO, Maria da Graça Reis. **A Educação nas Áreas Remanescentes de Quilombos**: um estudo da realidade Educacional das Comunidades Negras rurais de Castelo e Cajueiro, no município de Alcântara. São Luís: Edição própria, 2008. 105p.

44 IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. IBGE mapeia a distribuição da população preta e parda. **IBGE**. 06/1/2013. Disponível em: <[https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20censo%2C%207,percentual%20\(4%2C1%25\)](https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?busca=1&id=1&idnoticia=2507&t=ibge-mapeia-distribuicao-populacao-preta-parda&view=noticia#:~:text=Ainda%20segundo%20o%20censo%2C%207,percentual%20(4%2C1%25).)>. Acesso em: 29/02/2022.



pesquisa sobre sua trajetória acadêmica e sobre como se sentem em cursos majoritariamente brancos.

Diante disso, sugere-se também que futuros estudos busquem analisar a relação entre os docentes negras/os ou pardas/os e os professores brancas/os nos cursos de Turismo e como negras/os e pardas/os se sentem nas estruturas de maioria brancas das universidades públicas, se buscam combatê-las ou não e de que forma. Ademais, recomenda-se que seja realizado um estudo de autoidentificação racial com esses docentes e também que sejam analisadas todas as outras universidades públicas que tenham cursos de Turismo.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. Coleção Feminismos Plurais.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Lisboa, 1984. Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem E Som. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

BREITMAN, George. **Anti-Negro Prejudice**: when it began, when it will end. NY: Pioneer Publishers, 1960. Disponível em:
<https://stars.library.ucf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1443&context=prism> Acesso em: 28/02/2022.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. (2005). 339 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARVALHO, José Jorge de. O Confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, pp. 88-103, dez/fev. 2006. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485/15303>, Acesso em: 28/02/2022.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores, Buenos Aires : Tinta Limón, 2010.

FANON, FRANTZ. **Em defesa da Revolução Africana**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.



FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: Formação da Família brasileira sob o regime patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. **Revista de Investigaciones UNAD**, Colombia, v.14, n.2, p. 55-73, nov. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.22490/25391887.1455>> . Acesso em: 05 mai. 2021.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MIGNOLO, Walter D.; BRUSSOLO VEIGA, Isabella. Desobediência Epistêmica, Pensamento Independente e Liberdade Decolonial. **Revista X**, [S.l.], v. 16, n. 1, p. 24-53, fev. 2021. ISSN 1980-0614. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/view/78142/43060>>. Acesso em: 25 fev. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.5380/rvx.v16i1.78142>.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra. **3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. Rio de Janeiro: - PENESB, 05/11/2003. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf> . Acesso em: 20/02/2022.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Natália Neris da Silva. **A voz e a palavra do movimento negro na assembleia nacional constituinte (1987/1988)**: um estudo das demandas por direitos. 2015. 205 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, FGV, São Paulo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.



SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos CES** [Online], 18 | 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533>, acesso em 08/09/2022.

SILVA, Jane Santos. Universidade Brasileira: Avanços e retrocessos históricos. **[SYN]THESIS – Cadernos do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v.10, n. 1, p. 31-40, jan./jun, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/synthesis/article/view/47110/31380> Acesso em: 28/02/2022.

SILVA, Priscila Elisabete. **Um projeto civilizatório e regenerador: análise sobre raça no projeto da Universidade de São Paulo (1900-1940)**. 2015. 367 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial**. Buenos Aires: CLACSO, 2018. V. 1, 688 p. (Antologías del Pensamiento Social Latinoamericano y Caribeño). Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181203044407/Antologia_Boaventura_PT1.pdf, Acesso em: 28/11/2022.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.